

# O MARIANISMO E A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES ENCARCERADAS: FORMAS ALTERNATIVAS DE EXERCÍCIO DO PODER FEMININO

*Mariana Barcinski, Carine Capra-Ramos, João L. A. Weber e Tamires Dartora*

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil<sup>2</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil<sup>3</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil<sup>4</sup>

## Resumo

O Marianismo fundamenta-se no ideal de mulher caracterizado pelo sofrimento, sacrifício e abnegação. A constituição da mulher à imagem da Virgem Maria corrobora o papel tradicional feminino como responsável pela esfera doméstica do cuidado com a casa e com a família. Neste artigo discutimos a forma como o Marianismo pode ser apropriado simultaneamente para reproduzir a tradicional subjugação feminina e para afirmar formas de exercício de poder. O objetivo é entender de que maneira o sacrifício e a abnegação sustentam a posição feminina vitimizada, mas igualmente empoderam as mulheres de forma peculiar. Através das trajetórias de vida de mulheres brasileiras encarceradas, mostraremos como seus discursos carregam a marca do sofrimento e da violência, bem como o poder adquirido através deste mesmo sofrimento.

**Palavras-chave:** Marianismo, gênero, vitimização, poder, mulheres encarceradas.

## Abstract

**Marianismo and the victimization of incarcerated women: alternative forms of exerting female power**

Marianismo is founded on the image of the ideal woman characterized by suffering, sacrifice, and abnegation. The constitution of womanhood inspired by the image of the Virgin Mary corroborates the traditional role of women as responsible for the domestic sphere, caring for the home and the family. In this paper we discuss how the Marianismo may be appropriated to simultaneously reproduce female traditional subjugation and to affirm ways of exerting power. The goal is to understand how sacrifice and abnegation sustain female victimized position, but also empower women in peculiar ways. Through the life trajectories of Brazilian incarcerated women, we show how their discourses carry the mark of suffering and violence recurrently experienced, as well as the power acquired through this same suffering.

**Keywords:** Marianismo, gender, victimization, power, incarcerated women.

---

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Porto Alegre, Brasil. [mariana.barcinski@pucrs.br](mailto:mariana.barcinski@pucrs.br)

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. [carcapramos@gmail.com](mailto:carcapramos@gmail.com)

<sup>3</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. [jlweber27@gmail.com](mailto:jlweber27@gmail.com)

<sup>4</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. [tamires.dartora@hotmail.com](mailto:tamires.dartora@hotmail.com)

## Résumé

### **Le Marianismo et la victimisation des femmes incarcérées: formes alternatives de exercice du pouvoir féminin**

Le Marianismo est un idéal de femme caractérisé pour la souffrance, le sacrifice et l'abnegation. La constitution de la femme à l'image de la Vierge Marie confirme le rôle traditionnel féminin comme responsable pour s'occuper de la maison et de la famille. Dans cette étude nous examinons la façon que le Marianismo peut être utilisé pour reproduire la traditionnelle subjugation féminine et pour affirmer formes d'exercice de pouvoir. L'objectif est comprendre comment le sacrifice et l'abnegation soutiennent la position victimisée des femmes, mais au même temps leur donne pouvoir d'une façon particulière. En utilisant des trajectoires de vie des femmes brésiliennes incarcérées, nous montrerons comment leur discours ont de la souffrance et de la violence souvent vécues, aussi bien que le pouvoir acquis pour cette souffrance.

**Mots-clés:** Marianismo, genre, victimisation, pouvoir, femmes incarcérées.

## Introdução

Ao entrevistar mulheres brasileiras encarceradas pela participação no tráfico de drogas, frequentemente ouvimos relatos sobre a influência dos homens em sua iniciação criminosa. A participação masculina na criminalidade feminina é amplamente corroborada pela literatura na área (Almeida, 2001; Fausto, 2001), de acordo com a qual o comportamento criminoso feminino seria resultado da associação afetiva ou sexual com parceiros criminosos.

Nestes relatos, as mulheres, tal como descritas nos estudos tradicionais sobre violência de gênero, são posicionadas exclusivamente como vítimas pelos homens ao seu redor. Privadas do poder de escolha, elas tornam-se cúmplices dos crimes cometidos por seus parceiros e pagam, através do encarceramento, por um comportamento socialmente não reconhecido como feminino.

Embora reconheçamos o papel masculino na motivação para a prática dos crimes femininos, tal subordinação expressa nas teorizações sobre a criminalidade feminina deixa intocado o protagonismo feminino em suas escolhas de vida. Entender tais escolhas unicamente como resultado da vitimização retira das mulheres a possibilidade de transgredir as prescrições sociais sobre os comportamentos femininos.

Ann Goetting (1988) sugere que a falta de teorias específicas sobre a criminalidade feminina se deve ao fato de os discursos hegemônicos reconhecerem a mulher como vítima, mas não como perpetradora de violência. Thaís Faria (2008) ressalta a armadilha social imposta às mulheres, segundo a qual sua docilidade e fragilidade naturais as tornariam menos capacitadas a cometer crimes do que os homens. Portanto, teorias tradicionais têm enfocado preferencialmente as esferas psicológicas e biológicas, que justificariam a baixa incidência dos crimes femininos pela falta de propensão e habilidade das mulheres para a transgressão (Schram e Koons-Witt, 2004).

Acerca da vitimização feminina postulada pelos estudos de gênero, Heleieth Saffioti (1997: 69) salienta que a «corrente vitimista» tende a posicionar a mulher como vítima passiva da violência praticada pelos homens. Assim, a violência de gênero torna-se sinônimo da violência exclusivamente perpetrada por homens contra mulheres. Ainda segundo a autora, tais teorizações assumem a mulher vitimizada como não-sujeito, o que oblitera a possibilidade de engajamento ativo da mesma em uma relação violenta. O que advogamos, no entanto, é que pensemos a violência de gênero como uma relação de poder, em que este não é visto como propriedade exclusiva dos homens, mas exercido tanto por homens e mulheres, ainda que de forma desigual (Santos e Izumino, 2005).

Ao problematizar a passividade feminina em relações violentas não pretendemos equacionar o protagonismo feminino à cumplicidade das mulheres com seus parceiros violentos, o que suporia que homens e mulheres desfrutam de parcelas semelhantes de poder na estrutura social (Saffioti, 1997). O objetivo é posicionar as mulheres como agentes em suas relações, entendendo os possíveis ganhos implícitos na escolha feminina pela passividade e vitimização.

Além do reconhecimento do papel subordinado em relação aos seus parceiros, os relatos das mulheres encarceradas atestam para a aquisição de poder e *status* social como motivadores do ingresso feminino no tráfico de drogas. Como o tráfico é uma atividade reconhecidamente masculina, ter sido traficante concede a elas um poder que é socialmente reconhecido como prerrogativa masculina. Portanto, a atividade criminosa retira essas mulheres da invisibilidade que marca suas vidas, através da associação com tarefas e características masculinas (Barcinski, 2012).

Atestando a relevância do poder adquirido como traficante como motivador de trajetórias criminosas, as mulheres citam o prazer em carregar armas, entrar em confrontos com facções rivais ou com a polícia e, especialmente, subjugar outras mulheres percebidas como mais fracas. Portanto, o poder adquirido é exercido primordialmente sobre outras mulheres, numa expressão do que Saffioti (1989: 17) chamaria de «síndrome do pequeno poder». Percebendo seu poder como limitado em relação ao poder masculino, a mulher subjuga aqueles que expressam menor resistência, como crianças e outras mulheres.

A experiência de mulheres traficantes atesta que o poder feminino, não legitimado socialmente, é exercido de formas sutis, menos explícitas ou abertamente agressivas como o é o poder masculino. Ser reconhecida como alguém que ocupa posições destinadas aos homens, bem como ter sob seu comando outras mulheres, concede uma posição privilegiada às traficantes femininas.

O objetivo do presente trabalho é discorrer sobre outra forma de exercício do poder feminino, a saber, aquela que se exerce através da submissão feminina, esta sim legitimada socialmente. Por meio da discussão acerca do Marianismo como modelo privilegiado para a constituição da subjetividade feminina (DeSouza e Baldwin, 2000), pretendemos entender de que forma o declarado sofrimento e sacrifício, provenientes da subjugação aos homens e da responsabilidade com a família, podem ser vividos como formas de exercício de poder.

Por meio do discurso de mulheres encarceradas no Rio Grande do Sul (Brasil) discutiremos a forma como o sacrifício feminino, evidenciado pela forçada cumplicidade a parceiros criminosos (e pelo conseqüente encarceramento), bem como pela abnegação feminina em nome do bem-estar da família, representam para as entrevistadas uma maneira de exercer seu constrangido poder. O Marianismo nos auxiliará na compreensão dos processos de construção das entrevistadas como mulheres abnegadas e sacrificadas.

### **Cuidado e sacrifício: marcas do feminino**

Teóricas feministas afirmam que a identidade feminina é constituída principalmente pela habilidade de criar e manter vínculos afetivos, bem como pela disponibilidade de cuidar dos outros. A mulher desenvolveria, no processo de constituição da sua subjetividade, o senso de que suas ações devem estar constantemente conectadas com as necessidades daqueles ao seu redor (Miller, 1986, p. 62). A autora aponta que o direcionamento das suas ações para o atendimento de necessidades alheias levaria a mulher à chamada «síndrome da mártir», em um processo no qual os desejos pessoais são negligenciados em favor de outrem.

Sob uma perspectiva psicanalítica, Carol Gilligan (1982) enfatiza que uma vez que o masculino é definido através da separação e o feminino através da vinculação, a identidade do homem se vê ameaçada pela intimidade, enquanto a da mulher é ameaçada pela separação e dissolução de vínculos. A mulher não somente definiria a sua identidade através do estabelecimento de relações interpessoais, como julgaria a si mesma pela sua habilidade de cuidar e manter vínculos afetivos.

A maternidade historicamente construída como fonte principal de realização feminina (Phoenix e Wollett, 1991) inaugura nas últimas décadas do século XVIII um ideal feminino caracterizado pela natural abnegação e sofrimento das mulheres. A ideologia da maternidade, segundo a qual as mulheres são biologicamente destinadas a serem mães (Glenn, 1994) faz da devoção e do sacrifício características indispensáveis às mulheres normais (Trindade e Enumo, 2002). Conseqüentemente, as mulheres são patologizadas, culpadas ou criminalizadas quando não demonstram a habilidade ou o desejo de gerar e cuidar de suas crianças (Woollett, 1991).

Ainda sobre a centralidade do cuidado e da atenção ao bem-estar alheio como elementos constituintes da subjetividade feminina, não podemos nos furtar a discutir o papel da Igreja no adestramento da sexualidade feminina, bem como na circunscrição da mulher à esfera privada do lar. A mulher é condenada a pagar pelo pecado original de Eva, que se deixou encantar pelo pecado, tirando a possibilidade de a humanidade usufruir do paraíso eterno. Uma vez que a mulher compartilhava da essência de Eva, sua sexualidade deveria ser constantemente controlada. Apenas a maternidade lhe traria a possibilidade de salvação;

através dela a mulher se afastaria de Eva e se aproximaria de Maria, a mulher concebida sem pecado (Araújo, 2000). O adestramento da sexualidade feminina pressupõe o respeito pelos homens a sua volta e uma educação voltada para as atividades domésticas. O modelo do Marianismo encontra seus fundamentos históricos justamente no adestramento da sexualidade feminina, fazendo sentir seus reflexos em discursos religiosos de condenação à aberta expressão dos desejos femininos, bem como de santificação da mulher ideal constituída à imagem da Virgem Maria.

No século XIX, com a consolidação do capitalismo, a ascensão da burguesia e a conseqüente reorganização familiar brasileira, a mulher passou a estabelecer outras formas de relação no âmbito da família burguesa, baseadas no cuidado com o lar, com a prole e com o marido (D’Incao, 2000). O afastamento da comunidade e a interiorização da vida doméstica, resultantes do desenvolvimento da cidade urbana e da vida burguesa, instituem a mulher como zeladora da intimidade familiar. Amílcar Torrão Filho (2005) afirma como a história das mulheres passou a ser entendida, então, como a história dos aspectos privados da casa: da família, da reprodução e da criação dos filhos. Segundo Ana Colling (2004), as representações históricas delegaram às mulheres o espaço doméstico, que deveria ser ocupado por um ideal de mulher: a mãe dedicada e a esposa abnegada, dignas de santificação.

Enquanto o lar é tradicionalmente o espaço feminino, a esfera pública da produção, do trabalho e da política é o espaço masculino por excelência. Como muitas outras culturas, a brasileira valoriza a esfera pública e desvaloriza o espaço privado do lar (Arrazola e Rocha, 1996).

Kevin Neuhouser (1989), no entanto, entende que o espaço doméstico não é desprovido de poder. Em sua opinião, o âmbito da casa possui recursos distintos daqueles presentes no espaço público, recursos estes que são usados para a aquisição e reprodução do poder feminino. Seria na preparação da comida, nas decisões sobre os problemas domésticos e relacionados à criação dos filhos/as, que as mulheres exerceriam poder no âmbito privado. Tal como sustentado pelo Marianismo, é através da abnegação e do auto-sacrifício que a mulher se submete aos constrangimentos da vida privada, mas ao mesmo tempo gera dependência e submissão àqueles ao seu redor (Stevens, 1973).

O autor supracitado propõe que evitemos o debate insolúvel acerca da valoração do poder feminino em comparação ao masculino, mas que possamos entender os recursos disponíveis para o exercício do poder feminino. A proposta de Neuhouser (1989) vem, portanto, a corroborar a sugestão do presente artigo, a saber, que retiremos a mulher do papel exclusivamente de vítima da submissão masculina e que reconheçamos as formas – mesmo que publicamente não legitimadas – de exercício do poder feminino.

Uma vez que o poder feminino na esfera pública não é reconhecido como legítimo, a mulher encontra outras formas de exercê-lo, como subjugando outras mulheres ou se masculinizando no exercício de funções e atividades reconheci-

das como masculinas. Segundo Torrão Filho (2005), a mulher que se masculiniza se apropria de um poder que na sua origem não é seu. As formas de exercício de poder que não respeitam a circunscrição feminina à esfera privada são entendidas, portanto, como perversão.

A valorização do espaço público como masculino, em oposição à esfera privada como território feminino, pressupõe a separabilidade destas duas esferas. Separar o pessoal do político, no entanto, consistiria em ignorar argumentos persuasivos, segundo os quais as relações estabelecidas no âmbito privado são obviamente políticas e socialmente constituídas (Okin, 2008). O slogan feminista «o pessoal é político» remete à inseparabilidade entre vida doméstica e não-doméstica, reconhecendo que o que acontece na privacidade das famílias não é, de forma alguma, imune às dinâmicas de poder que marcam o que se convencionou chamar de esfera pública.

Se a suposta natural habilidade para a maternagem significa para a mulher seu aprisionamento no espaço doméstico, o fato dela (e somente ela) ser capaz de cuidar dos/as filhos/as, da família e dos afazeres domésticos concede um poder não compartilhado com os homens. A maternagem define um território exclusivo das mulheres, tendo a sua constituição justificada pelas habilidades naturais de cuidado com a prole.

Maria Cristina Amazonas, Luciana Vieira e Virgínia Pinto (2011), ao tratar dos modos de subjetivação femininos, referem à ameaça sofrida pelas mulheres quando seus companheiros demonstram o desejo de compartilhar as tarefas do mundo doméstico. As mulheres vivenciam, então, o dilema entre o desejo de compartilhar a sobrecarga do trabalho da casa e a resistência em abrir mão do poder que usufruem.

De forma semelhante, o aleitamento materno, incentivado como instrumento fundamental no controle da mortalidade infantil, simultaneamente circunscreve a mulher ao espaço doméstico e concede a ela um poder de controle sobre o desenvolvimento dos/as filhos/as (Nakano e Mamede, 1999). Neste sentido, a mulher é ao mesmo tempo responsável e culpada por tudo que possa acontecer à sua prole. A mãe «masoquista» postulada por Badinter (1985: 267), que deve naturalmente abdicar dos cuidados pessoais e resignar-se aos sofrimentos impostos pela maternidade, torna-se peça fundamental e insubstituível na manutenção do bem-estar daqueles a sua volta.

## O Marianismo

O modelo do Marianismo, teorizado como «a outra face do machismo», deve ser entendido a partir do ideal de gênero simbolizado pela Virgem Maria, que reuniria todas as características esperadas das mulheres: devoção à família, subordinação aos homens, subserviência, passividade sexual, renúncia e sacrifício. Evelyn Stevens (1973) afirma que o Marianismo pode ser entendido como

um código de conduta para mulheres, especialmente apropriado pelas latino-americanas. Os papéis de gênero provenientes deste modelo situam as mulheres como esposas e mães, assegurando dentro de suas culturas o respeito através do desempenho destas funções.

A construção da imagem da mulher como semi-divina, moral e espiritualmente superior ao homem, especialmente pela sua habilidade de resistir à dor e ao sofrimento impostos, ao mesmo tempo em que lhe concede uma posição privilegiada, a vincula irremediavelmente aos cuidados com a prole, com a esfera doméstica, com a família e a reprodução. As três imagens de mulher reforçadas pelo Marianismo – a da santa, da esposa e da mãe – reforçam a dependência social, psicológica e econômica da mulher (Nieto-Gomez, 1997).

Eros DeSouza e John Baldwin (2000) apontam o machismo e o Marianismo como componentes indissociáveis para compreendermos a cultura de gênero brasileira. Na tentativa de desconstruir as imagens exclusivamente negativas atreladas aos dois modelos, os autores afirmam que para alguns teóricos, tal como Mirandé (1985), o machismo está associado não apenas à agressividade e à violência masculina, mas a características mais nobres, tais como dignidade, tenacidade e orgulho. Em relação à contrapartida do machismo, a mãe dependente, submissa e sacrificada sustentada pelo Marianismo exerce considerável controle, especialmente na esfera privada da família (Chaney, 1979).

O presente artigo tem como objetivo discutir a forma como o Marianismo pode ser apropriado simultaneamente para reproduzir a tradicional subjugação e para afirmar formas de exercício do poder feminino no caso específico de mulheres encarceradas. A partir das trajetórias de mulheres presas pela participação no tráfico de drogas discutiremos como discursos de abnegação e auto-sacrifício são construídos na delimitação de um espaço de poder exclusivamente feminino.

### **As mulheres encarceradas**

No Brasil 33.289 mulheres estão em condições de cárcere, o que representa 6,63% da população nacional encarcerada. Os dados indicam que a maior parte delas (64%) está presa por tráfico de drogas (Ministério da Justiça, 2011).

Em pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2012 em uma penitenciária feminina do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), entrevistamos 20 mulheres encarceradas pelo envolvimento com o tráfico de drogas. O objetivo da referida pesquisa era entender os elementos que constituem o processo de construção da identidade de mulheres envolvidas em uma atividade criminosa socialmente reconhecida como masculina. De entre os problemas específicos procurou-se entender as motivações e os papéis usualmente desempenhados por mulheres na atividade, bem como o significado atribuído pelas detentas à sua participação.

Os dados provenientes das 20 entrevistas, abertas e em profundidade, foram analisados a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), que tem como

objetivo compreender a forma como se dá a relação entre discurso e poder (Van Dijk, 2008). Nesta perspectiva os discursos são entendidos como modos de ação historicamente situados (Resende e Ramalho, 2006). Segundo Norman Fairclough (2008), o discurso deve ser compreendido como forma de prática social, e não como uma produção meramente individual, evidenciando a relação dialética entre discurso e estrutura social. Tal ferramenta analítica foi escolhida justamente por entendermos que o discurso das participantes simultaneamente expressa formas hegemônicas de constituição subjetiva (sustentadas pelo modelo do Marianismo), bem como reforça a posição vitimizada e não protagonista das mulheres.

A análise dos dados coletados evidencia as diversas formas de vitimização que marcam suas trajetórias de vida, em uma corroboração da literatura. Bárbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002), em levantamento realizado com a população carcerária feminina no estado do Rio de Janeiro, mostram que mais de 95% das mulheres presas foram vítimas de alguma forma de violência, perpetrada pelos pais/responsáveis, maridos/companheiros ou agentes da segurança pública.

Outra forma de vitimização que define o perfil das mulheres presas é o abandono experimentado por grande parte delas durante o encarceramento. Pesquisa realizada pela Pastoral Carcerária em unidades prisionais femininas em diferentes estados brasileiros constatou, por exemplo, que na única penitenciária feminina do estado do Espírito Santo, 50% das mulheres presas não recebem visitas. Em âmbito nacional, 62,06% das mulheres encarceradas não recebem nenhum tipo de visita (CEJIL, 2007).

O abandono de mulheres encarceradas se justifica principalmente pelo caráter não normativo das práticas criminosas femininas que associam às mulheres presas um estigma mais profundo do que aquele experimentado pelos homens. Conforme discutido anteriormente, os discursos hegemônicos não concebem como natural a violência e a transgressão perpetrada por mulheres (Goetting, 1988). Quando agem de forma a contrariar os padrões considerados adequados ao feminino, expressando abertamente sua agressividade e hostilidade, as mulheres são patologizadas por estes comportamentos 'desviantes' (Couto, 1994).

Finalmente, a forma mais evidente através das quais as mulheres são posicionadas e se posicionam como vítimas é através da submissão a companheiros criminosos. Grande parte das mulheres entrevistadas justifica o encarceramento pelo envolvimento com parceiros traficantes. Inicialmente desempenhando funções subalternas na rede do tráfico, muitas acabam presas ao assumirem a posição ocupada por seus companheiros quando estes são presos.

Nesta seção discutiremos o modelo de constituição subjetiva do Marianismo e os potenciais ganhos do sacrifício e do sofrimento femininos a partir da experiência de duas mulheres entrevistadas no âmbito da referida pesquisa. A trajetória de vida das entrevistadas ilustra tanto a forma como suas identidades são construídas através do sofrimento e do sacrifício, quanto as maneiras pelas quais elas experimentam o poder através destes mesmos elementos que sustentam a construção de suas identidades.



*Flávia*

Flávia é branca e tem 28 anos. Sua trajetória de vida é caracterizada por formas diversas de violência e pela sua resiliência ao sofrimento recorrentemente lhe imposto, como ela própria refere: «Com nove anos, eu tive um estupro pelo meu padrasto. (...) Aí quando eu tinha onze anos minha mãe me abandonou, por causa de outro homem que tentou me agarrar e que ela estava apaixonada. Aí me casei com 14, com um cara de 40. E ele me batia, muito. Fui descobrir depois de um mês que ele era traficante.»

O estupro sofrido pelo padrasto, o abandono materno e a violência perpetrada pelo primeiro marido, que a obrigara a traficar e a usar drogas, inauguram um caminho de sofrimentos e de submissões que é a tônica do seu discurso. Em raros momentos Flávia se coloca como protagonista de sua história; a sua identidade é constituída através das oportunidades e da falta de oportunidades concedidas a ela. Ela se torna uma traficante e usuária de drogas pela imposição do primeiro marido e, posteriormente, se torna uma «pessoa melhor» a partir do momento em que se associa com um «trabalhador», designação dada ao homem não traficante, que tem um trabalho legal.

Depois de onze anos de casamento, Flávia perde um filho com três meses de idade, fato que fez com que seu casamento terminasse e ela novamente começasse a usar drogas. A «vida normal», tal como ela define, marcada pelo apreço às tarefas domésticas de cuidado com o marido e os filhos, é interrompida por esta perda. Segundo a entrevistada, é para proteger a sua família do seu envolvimento com drogas que ela decide morar nas ruas: «E, por causa da droga, eu não queria meter a minha família, eu acabei fugindo de casa.»

No discurso acima, a entrevistada se coloca pela primeira vez como protagonista de suas ações, decidindo sair de casa quando se envolve com drogas. Importante enfatizar que seu protagonismo visa mais uma vez à proteção da sua família. Como uma mártir, Flávia sacrifica seus próprios desejos em nome do bem-estar e segurança daqueles ao seu redor. Finalmente, a história de sua prisão é também marcada pelo cuidado com os outros, nomeadamente por uma amiga a quem ajudava nos trabalhos domésticos, quando foi influenciada por ela a traficar:

Ela pediu pra eu ficar na casa dela, aí eu ficava só lavando, cuidando das panelas, limpando, aí ela tinha que sair toda hora e quando eu vi, eu já tava traficando junto com ela, entendeu? E foi assim que eu vim parar aqui (na prisão).

É nesta situação que ela é presa como traficante, assumindo as drogas da amiga que não estava em casa no momento de sua prisão. Como em várias situações de sua vida, Flávia se vê levada pelas circunstâncias que se impõem, expressando sua suposta passividade e não participação em relação a eventos cruciais.

Na ocasião em que foi presa, Flávia estava envolvida com um homem «trabalhador», de classe média, que desaprovava o fato de ela traficar e usar drogas. Embora ela se orgulhe deste relacionamento e reiteradamente enfatize a origem social deste namorado, Flávia se coloca como alguém mais resiliente do que ele. Justificando o fato de ele jamais tê-la visitado na penitenciária, ela afirma: «E, eu sei que ele gosta de mim porque ele não, ele não tem coragem, ele é uma pessoa que ele não tem coragem de suportar o tipo de vida que eu levava, entendeu?»

Além da resistência e do medo de visitá-la na favela em que morou com a amiga, ele não suportaria vê-la em uma prisão. Nestes momentos, os relatos de Flávia condescendentemente posicionam o namorado como alguém mais fraco e menos preparado para aguentar o sofrimento do que ela própria. E novamente o sofrimento e o sacrifício que marcam a sua trajetória são usados como evidência da sua própria resiliência.

### *Carla*

Carla é mulata e tem 37 anos. Sua vida é igualmente marcada por histórias de violência e abandono. Ao rememorar suas lembranças da infância, ela descreve a violência do pai e a consequência desta violência na configuração familiar: «Daí minha mãe ficava com nós em casa, meu pai chegava, batia nela (...) e daí a minha mãe largou de casa e deixou eu e a minha irmã.»

Ao justificar o abandono materno, a entrevistada expressa estranheza em relação ao comportamento da mãe. Ela se apropria de um discurso hegemônico acerca do comportamento materno adequado, segundo o qual as mães só abandonariam seus filhos e filhas em situações absolutamente extremas de violência. Como descrito anteriormente, tal discurso vitimiza ou patologiza as mães que não demonstram a aptidão ou o desejo de cuidar de sua prole: «Minha mãe sofreu muito na mão do meu pai, teve uma hora que eu acho que ela enlouqueceu e largou e deixou até os filhos entendeu? Que tem umas que largam e levam os filhos, né? Mas ela não, ela foi e deixou os filhos.»

Aos sete anos, depois de sua mãe sair de casa por conta das recorrentes surras do marido, Carla vai morar com uma tia. Aos treze anos foge de casa depois de uma tentativa de estupro por parte do marido desta, que nunca denunciou por medo de que sua história fosse desacreditada. Além do potencial sofrimento de ter vivido em silêncio a tentativa de abuso, ela se culpa pelo episódio, por ter sempre sido uma jovem alegre, expansiva, que gostava de dançar: «Eu sempre fui bem dada, eu sempre gostei de arrumar bastante amizade. E eu converso, e danço, e dançava, eu dançava muito dentro de casa. Eu não sei se o meu tio viajou foi nisso daí, sei lá, acho que ele pensou até que eu tava me dando pra ele (...) de repente o meu comportamento...»

Carla se responsabiliza pela violência sofrida, se condenando por um certo compartimento feminino – provocador, sedutor, expansivo –, que justificaria e legitimaria formas de violência masculina.

Ao fugir da casa dos tios, Carla inicia uma trajetória nas ruas, onde começa a usar drogas e a praticar assaltos a lojas e supermercados. É na rua que ela conhece o primeiro namorado, um jovem extremamente violento, que afirmava ter um pacto com o diabo, segundo o qual deveria matar três pessoas por ano. Carla era obrigada a assistir aos assassinatos dele e se sentia segura pela associação com este jovem. Esta não é a única referência que ela faz acerca da proteção e da segurança proporcionadas por homens violentos. Seu segundo marido, com o qual teve quatro filhos, era o traficante mais respeitado da vila onde moravam. É depois da prisão dele – e por ter assumido o tráfico de drogas em seu lugar – que Carla é também encarcerada. A sua associação com este homem é assim descrita: «Eu gostava de tomar conta da situação, eu nunca gostava de ser menos, daí eu sempre queria o que sabia, o que matava. (...) ele que era o patrão da vila, ele que sabia de tudo.»

Os homens violentos na trajetória de Carla, ao mesmo tempo em que lhe impõem extrema violência – tais como ser obrigada a testemunhar assassinatos, a se submeter a traições constantes e, finalmente, a ser presa –, concedem a Carla um poder que a diferencia de outras mulheres. Segundo a própria entrevistada, ela se «formou no crime», em uma referência à vida de assaltos, furtos, uso e tráfico de drogas proporcionada pelos seus companheiros. Para além do sofrimento explícito que caracteriza a vida de Carla com estes homens, é a partir da associação com eles que ela se torna uma «bandida de verdade». Em diversos momentos durante a sua entrevista ela marca a distância que a separa de outras mulheres encarceradas, para as quais o encarceramento seria apenas o resultado do relacionamento com parceiros criminosos. Ao contrário destas, o sofrimento, o abandono e a violência que sempre caracterizaram sua vida, fizeram dela uma «bandida de verdade», mais apta e preparada para suportar a vida na prisão.

### **Considerações finais**

Neste artigo discutimos as formas como o sofrimento, o sacrifício e a abnegação feminina, características que tradicionalmente justificam o constrangimento de mulheres ao espaço doméstico da casa, podem igualmente proporcionar formas de exercício do poder feminino. A trajetória de mulheres encarceradas ilustra esta simultânea realidade subjetiva feminina: vidas marcadas por intenso sofrimento e a constituição de identidades fortes e resilientes construídas em torno deste mesmo sofrimento. As violências sofridas em diversas esferas da vida servem, portanto, como ingredientes para a construção de identidades únicas.

Ressaltar o empoderamento feminino através das experiências de sacrifício e resignação femininos, no entanto, não significa corroborar formas tradicionais de subjugação e constrangimento das mulheres. Reconhecer que o exercício do poder se dá, muitas vezes, através do posicionamento vitimizado das mulheres nos faz pensar nas formas limitadas de protagonismo feminino socialmente legitimadas. O poder exercido no espaço privado da casa, a partir da formação e manutenção de vínculos afetivos, é um poder invisível e desvalorizado socialmente. Neste sentido, a mulher permanece invisível em suas possibilidades de constituição como indivíduo autônomo, desejante e atuante em suas trajetórias de vida. É possivelmente neste cenário de invisibilidade social que a criminalidade surge como alternativa de exercício de poder para as mulheres.

Embora as mulheres entrevistadas em nossa pesquisa tenham/tiveram uma atuação obviamente no espaço público, como traficantes, seus discursos revelam o constrangimento no exercício do protagonismo nesta esfera pública. Em outras palavras, embora tenham «saído de suas casas» ao desempenharem funções socialmente reconhecidas como masculinas, é no âmbito privado do lar – no cuidado com os/as filhos/as e a família ou na associação com homens fortes e poderosos – que estas mulheres desempenham formas constrangidas de poder.

Como em qualquer outro estudo que se proponha a enfocar as relações de gênero, algumas palavras devem ser ditas acerca da interseção deste eixo com demais eixos estruturantes das identidades. Feministas contemporâneas têm argumentado que a experiência de opressão das mulheres não pode ser compreendida somente a partir da lente das relações de gênero, mas consideradas como simultaneamente constituídas pelo posicionamento de mulheres em termos de sua cor, classe e orientação sexual, por exemplo (Acker, 1997; Collins, 1990). Então, fundamental para a análise das histórias de vida de mulheres encarceradas é compreender que as suas experiências – principalmente as formas encontradas por elas de exercício de poder – são em grande medida determinadas pelo seu posicionamento social mais amplo. Suas escolhas e as particularidades de suas trajetórias devem ser analisadas considerando-se o fato de que elas são, em sua maioria, mulheres pobres, negras e com histórias familiares e comunitárias marcadas por privações estruturais marcantes.

## Referências Bibliográficas

- Acker, Joan (1997), «Rewriting class, race, and gender: Problems of feminist rethinking», in Myra Marx Ferree, Judith Lorber e Beth Hess (org.), *Revisioning gender*, Thousand Oaks, Sage, pp. 44-69.
- Almeida, Rosemary de O. (2001), *Mulheres que matam*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Amazonas, Maria Cristina L.A., Vieira, Luciana L.F. e Pinto, Virgínia C. (2011), «Modos de Subjetivação Femininos, Família e Trabalho», *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31, 2, pp. 314-327.

- Araújo, Emanuel (2000), «A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia», in Mary Del Priore (org.), *História das Mulheres no Brasil*, Porto Alegre, Contexto, pp. 45-77.
- Arrazola, Laura Duque e Rocha, Irene (1996), «Mulher, natureza, cultura: Apontamentos para um debate», in Glória Rabay (org.), *Mulheres e sociedade*, João Pessoa, UFPB/Editora Universitária, pp. 45-55.
- Badinter, Elisabeth. (1985), *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Barcinski, Mariana (2012), «Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina», *Contextos Clínicos*, 5, 1, pp. 52-61.
- Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (2007), *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*, Rio de Janeiro.
- Chaney, Elsa (1979), *Supermadre: Women in Politics in Latin America*, Austin, University of Texas Press.
- Colling, Ana (2004), «A construção histórica do feminino e do masculino», in Strey, Marlene Neves, et al. (orgs.), *Gênero e cultura: questões contemporâneas*, Porto Alegre, EDIPUCRS, pp. 13-38.
- Collins, Patricia Hill (1990), *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, New York, Routledge.
- Couto, Rita Cristina C. de Medeiros (1994), «Eugenia, Loucura e Condição Feminina», *Cad. Pesq.*, 90, pp. 52-61.
- D’Incao, Maria Ângela (2000), «Mulher e família burguesa», in Mary Del Priore (org.), *História das Mulheres no Brasil*, Porto Alegre, Contexto, pp. 223-240.
- DeSouza, Eros e Baldwin, John R (2000), «A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos», *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 3, pp. 485-496.
- Fairclough, Norman (2008), *Discurso e mudança social*, Brasília, Universidade de Brasília.
- Faria, Thaís Dumê (2008), «Mulheres no Tráfico de Pessoas: vítimas e agressoras», *Cadernos Pagu*, 31, pp. 151-172.
- Fausto, Boris (2001), *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*, São Paulo, EDUSP.
- Gilligan, Carol (1982), *In a different voice: Psychological theory and women’s development*, Cambridge, Harvard University Press.
- Glenn, Evelyn Nakano (1994), «Social constructions of mothering: An overview» in Evelyn Nakano Glenn, Grace Chang e Linda R. Forcey (Eds.), *Mothering: Ideology, experience and agency*, London, Routledge, pp. 1-29.
- Goetting, Ann (1988), «Patterns of homicide among women», *Journal of Interpersonal Violence*, 3, pp. 3-20.
- Miller, Jean Baker (1986), *Towards a new psychology of women*, Boston, Beacon Press.
- Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. (2011). *Mulheres Presas – Dados Gerais*, Brasília.
- Mirandé, Alfredo (1985), *The Chicano experience: An alternative perspective*, Notre Dame, University of Notre Dame Press.
- Nakano, Ana Márcia Spanó e Mamede, Marli Villela (1999), «A Prática do Aleitamento Materno em um Grupo de Mulheres Brasileiras: Movimento de Acomodação e Resistência», *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 7, 3, pp. 69-76.
- Neuhouser, Kevin (1989), «Sources of women’s power and status among the urban poor in contemporary Brazil», *Signs*, 14, 3, pp. 685-702.
- Nieto-Gomez, Anna (1997), «La Chicana: legacy of suffering and self-denial», in Alma M. Garcia (Ed.), *Chicana Feminist Thought: the basic historical writings*, New York, Routledge, pp. 48-49.

- Okin, Susan Moller (2008), «Gênero, o público e o privado» *Estudos Feministas*, 16, 2, pp. 305-332.
- Phoenix, Ann e Woollett, Anne (1991), «Introduction», in Ann Phoenix, Anne Woollett e Eva Lloyd (Eds.), *Motherhood: Meanings, practices and ideologies*, London, Sage, pp. 1-12.
- Resende, Viviane de Melo e Ramalho, Viviane (2006), *Análise de discurso crítica*, São Paulo, Contexto.
- Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani (1989), «A síndrome do pequeno poder», in Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (orgs.), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*, São Paulo, Iglu, pp. 13-21.
- Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani (1997), «Violência de Gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade», *Lutas Sociais*, 2, pp. 59-79.
- Santos, Cecília MacDowell e Izumino, Wânia Pasinato (2005), «Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil», *E.I.A.L.*, 16, 1, pp. 147-164.
- Schram, Pamela e Koons-Witt, Barbara (2004), «Feminist theory and criminology», in Pamela Schram e Barbara Koons-Witt (org.), *Gendered (In)justice: Theory and practice in feminist criminology*, Long Grove, Waveland Press, pp. 1-7.
- Soares, Bárbara Musumeci e Ilgenfritz, Iara da Silva (2002), *Prisioneiras: Vida e violência atrás das grades*, Rio de Janeiro, Garamond.
- Stevens, Evelyn (1973), «Machismo and Marianismo», *Society*, 1, 6, pp. 57-63.
- Torrão Filho, Amílcar (2005), «Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam», *Cadernos Pagu*, 24, pp. 127-152.
- Trindade, Zeidi Araujo e Enumo, Sônia Regina Fiorim (2002), «Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil», *Psicologia USP*, 13, 2, pp. 151-182.
- Van Dijk, Teun A. (2008), *Discurso e Poder*, São Paulo, Contexto.
- Woollett, Anne (1991), «Having children: Accounts of childless women and women with reproductive problems», in Ann Phoenix, Anne Woollett e Eva Lloyd (Eds.), *Motherhood: meanings, practices and ideologies*, London, Sage, pp. 47-65.

**Mariana Barcinski.** Doutora em Psicologia do Desenvolvimento, Clark University. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. Coordena o grupo de pesquisa Gênero, Violência e Subjetividades Contemporâneas onde são auxiliares de pesquisa Carine Capra-Ramos e João Luís Almeida Weber e bolsista Tamires Dartora. [mariana.barcinski@pucrs.br](mailto:mariana.barcinski@pucrs.br)

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Psicologia, Av. Ipiranga, 6681 Prédio 11, Partenon, Porto Alegre/RS, CEP: 90619-900, Brasil.

**Carine Capra-Ramos.** Acadêmica de Psicologia na PUCRS. [carcapramos@gmail.com](mailto:carcapramos@gmail.com)

**João Luís Almeida Weber.** Acadêmico de Psicologia na PUCRS. [jlweber27@gmail.com](mailto:jlweber27@gmail.com)

**Tamires Dartora.** Acadêmica de Psicologia na PUCRS. [tamires\\_dartora@hotmail.com](mailto:tamires_dartora@hotmail.com)